

DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

CONTRATO DE AUTONOMIA

Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté
2012/13 – 2014/15



Handwritten signature and initials in blue ink.

ENQUADRAMENTO LEGAL

O Despacho Normativo nº 13-A/2012 e o Decreto-Lei 139/2012 apontam o Projeto Educativo como um dos instrumentos essenciais à plena concretização do regime de autonomia, administração e gestão das escolas.

O Decreto-Lei 139/2012, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário, aponta para que os objetivos estabelecidos no Projeto Educativo sejam, anualmente, concretizadas através de um Projeto de Trabalho, no qual a Escola, dentro dos limites estabelecidos pelo currículo nacional, fará as opções necessárias a uma organização e gestão das aprendizagens adequada ao seu contexto.

O Decreto-Lei 137/2012 procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

A portaria nº 265/2012 define os princípios orientadores da formulação dos contratos de autonomia, clarificam-se os domínios e os instrumentos, explicitam -se os requisitos e as regras inerentes ao clausulado do contrato, bem como o seu acompanhamento, avaliação e renovação.

Neste quadro, o Agrupamento procedeu à caracterização da comunidade e do Agrupamento para poder definir os objetivos do Projeto Educativo que, anualmente, serão concretizados através dos eixos prioritários previstos no Projeto Curricular de Escola e concretizados nos Planos de Turma, no quadro das atividades propostas no Plano Anual de Atividades.

PREÂMBULO

O Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté situa-se no concelho de Almada, pertencendo este à área Metropolitana de Lisboa.

Integrado no distrito de Setúbal, o concelho de Almada é constituído por onze freguesias das quais faz parte a Charneca de Caparica. Esta freguesia foi criada em 11 de julho de 1985 e delimita uma zona de atividade comercial diversificada, na proximidade de cerca de 15 km de extensão de praia e uma área de pinhal, integrado em zona protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, dado que aqui existem árvores centenárias e únicas, plantas de espécies raras e animais que só aqui conseguem sobreviver.

A Vila da Charneca de Caparica tem atualmente cerca de 30 000 habitantes, dos quais a maioria não é natural da zona, pois a população residente tem vindo a aumentar de ano para ano, tendo, ao arrefio do movimento nacional, duplicado na última década. Consequentemente, a situação socioeconómica e cultural caracteriza-se por uma grande heterogeneidade, aprofundada, também, nos últimos dez anos por um significativo aumento e grande diversidade de população imigrante.

CONTRATO DE AUTONOMIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS GARGATÉ

21
A

Assim, em termos socioeconómicos, podemos definir três grandes grupos:

- 1- Famílias a viverem com grandes dificuldades económicas, nomeadamente na zona piscatória da Fonte da Telha. Os alunos que frequentam a nossa escola, oriundos desta localidade, emergem de agregados familiares economicamente deprimidos, que vivem essencialmente da pesca e cujos filhos têm, habitualmente, fraco rendimento escolar, resultante dos baixos recursos e baixa escolaridade do agregado familiar.
- 2- Famílias a viverem numa situação económica de grande conforto e com elevado nível cultural, que acompanham com interesse a vida escolar dos seus filhos.
- 3- A par destas famílias, encontramos outras, cuja situação económica é desafogada, mas cujo investimento nem sempre se faz na educação/promoção cultural e social dos jovens, sem referências de valorização da escola.

Do quadro traçado emergem os seguintes problemas:

- a) Uma grande parte da comunidade escolar vive isolada em termos culturais pois, apesar de muito perto, a ida a Lisboa ou mesmo a Almada, não se faz com muita frequência; a escola é, para muitos, o espaço onde estão acompanhados durante o dia, uma vez que os pais/EE trabalham em zonas afastadas da escola e ficam impossibilitados de acompanhar as atividades escolares dos seus educandos. Aqui as atividades decorrentes do Plano Anual de Atividades, nomeadamente as desenvolvidas na BE da escola, assumem papel relevante;
- b) Existe um elevado número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar - ASE - (23%) da população escolar.

1- CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

A Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica surge no ano letivo 1993/94, no âmbito do lançamento do regime experimental das Escolas Básicas Integradas, o qual procurava estimular a concretização de modelos organizacionais, capazes de incentivar percursos sequenciais e articulados, para os alunos do Ensino Básico, bem como uma otimização dos recursos humanos e materiais existentes. O Agrupamento de Escolas da Charneca de Caparica, foi constituído em agosto de 2007 e resultou da agregação da EBI da Charneca de Caparica com a, recém-construída, EB1/JI da Charneca de Caparica. No ano de 2012 foi alterada a sua designação para Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté. Existem no Agrupamento 40 turmas, num total de 1067 alunos, distribuídos pelos dois estabelecimentos de ensino, da seguinte forma: Escola Básica Louro Artur com 13 turmas do 1º ciclo e 2 salas de pré-escolar, num total de 391 alunos; a Escola Básica Carlos Gargaté com 6 turmas do 1º ciclo, 9 turmas do 2º ciclo e dez turmas do 3º ciclo, num total de 657 alunos.

O corpo docente é constituído por cerca de 90 professores e educadores, dos três ciclos de escolaridade básica e pré-escolar. Em regra, os docentes aderem facilmente à mudança, a novos desafios, apostando no sucesso do aluno, qualquer que venha a ser o seu percurso de vida. A menor mobilidade anual do corpo docente, registada entre 2006 e 2009 (alteração da legislação referente ao concurso /colocação de docentes) constituiu uma mais-valia, permitindo uma continuidade pedagógica que, juntamente com uma formação centrada nas respostas aos problemas do quotidiano da escola, favoreceu uma maior qualidade no trabalho desenvolvido. A mudança operada, pelo concurso nacional, no ano letivo 2009-2010, acarretou alguma perturbação, que o Agrupamento procurou colmatar, através de momentos de socialização dos seus objetivos estratégicos e formas de organização, levados a cabo, quer pelo órgão de gestão, quer pelas estruturas de gestão intermédia.

71
A

O corpo de pessoal não docente é composto por 8 Assistentes Técnicos e 22 Assistentes Operacionais, que revelam disponibilidade na construção de um ambiente educativo adequado aos alunos. O desajuste entre o rácio previsto na lei e os assistentes operacionais existentes tem sido colmatado por um projeto de parceria com o Instituto de Emprego, através dos Contratos de Emprego e Inserção. Contudo, a mobilidade e falta de formação destes profissionais obriga a uma permanente rotatividade de que resultam, por vezes, alguns constrangimentos.

Existe no Agrupamento uma Associação de Pais e EE, que tem participado, como parceiro atuante, na vida do Agrupamento, com representação no Conselho Geral, segundo o previsto na lei. Os pais/EE têm ainda representação nos Conselhos de Turma. É frequente, também, a sua participação em reuniões informais, sessões de esclarecimento, sobre assuntos relevantes para o percurso escolar dos filhos, em atividades do PAA, em atividades de sala de aula e em festas e outros eventos culturais e pedagógicos que o Agrupamento proporciona.

É relativamente ao número de alunos que se colocam os maiores problemas neste Agrupamento, com especial incidência nos dois últimos anos letivos, contrariando, mesmo, o compromisso assumido pelo Ministério da Educação no Contrato de Autonomia. Apesar de ter sido criado, recentemente, outro equipamento oficial de escolaridade básica na freguesia, o Agrupamento continua a albergar um cada vez maior número de turmas, facto que condiciona, não só a diversidade de uma oferta ajustada ao perfil de grupos de alunos, mas também, muitas vezes, reduz a eficácia das estratégias adotadas e entendidas como vitais para uma intervenção, no sentido de conseguir transmitir valores de convivência social sã, a uns, e a outros modificar comportamentos e atitudes que as referências sociofamiliares deixaram degradar.

Dada a não existência de Serviços de Psicologia e Orientação, no quadro do Agrupamento, e tendo em conta a forte necessidade sentida de um técnico especializado nesta área, foi salvaguardada no Contrato de Autonomia a sua contratação. Assim desde 2007/2008 o Agrupamento dispõe de um Psicólogo que tem desempenhado um papel fundamental no acompanhamento e encaminhamento dos alunos.

Entendendo este Agrupamento que a educação é a primeira condição de cidadania e um instrumento fundamental, para qualquer percurso de vida com dignidade, tem orientado toda a sua intervenção no sentido de que todos os alunos que frequentam o agrupamento possam concluir o nono ano, tal como contemplado no Contrato de Autonomia, assinado com o Ministério da Educação, e que reforça este objetivo do Projeto Educativo, através das metas nele definidas.

Este entendimento tem acarretado ao Agrupamento problemas acrescidos de gestão da vida escolar, mas que têm sido assumidos como desafios que procuram respostas, nos diversos projetos em que a escola se tem envolvido. Destacamos o Projeto de Gestão Flexível do Currículo, em que fomos pioneiros, bem como a organização de ofertas curriculares diversificadas, com ou sem qualificação profissional, que tem permitido a grupos de alunos, fora da escolaridade obrigatória e à beira do abandono escolar, encontrar caminhos facilitadores de uma melhor integração social/transição para a vida ativa, uma vez mais em consonância com o previsto no Contrato de Autonomia. Contudo, nos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012, por força da necessidade de receber mais alunos de 5º ano de escolaridade e esgotada a capacidade, o Agrupamento viu-se impedido de organizar uma resposta alternativa para o grupo de alunos, já identificado, o que determinou o encaminhamento, de alguns, para outras escolas do concelho e a permanência de outros, no ensino regular, tendo como consequência um elevado número de retenções, face aos anos anteriores, em que se

desenvolveram cursos de educação e formação, em áreas despistadas no concelho, com maior potencial de empregabilidade.

Temos consciência de que ter como primeiro objetivo a conclusão do nono ano, pelos alunos que frequentam a escola, determinará, num eventual *ranking*, uma posição menos confortável. No entanto, continuamos a entender que esta é a opção correta na resposta à comunidade e aos problemas com que se confronta. Há que encontrar indicadores de contexto, na avaliação dos resultados das escolas, que possam permitir que o objeto de análise não seja a simples classificação dos exames nacionais e provas de aferição, mas todas as mais-valias que a escola incorpora, no percurso de vida dos seus alunos, ao longo dos nove anos de escolaridade.

Por ser nossa convicção que esta será a melhor forma de responder à comunidade, na qualificação dos seus cidadãos, continuaremos a manter essa opção, como objetivo estratégico do Projeto Educativo, esperando que os problemas de rutura de rede se resolvam e deixem de constituir uma condicionante negativa à sua plena concretização.

Toda a reflexão desenvolvida, em torno das diversas vertentes do desenvolvimento do currículo dos alunos, na procura de caminhos que conduzissem à aquisição dos saberes fundamentais, à motivação para atitudes e valores e ao desenvolvimento de competências, levou os órgãos de gestão a apresentar um Projeto de Gestão Flexível do Currículo, tendo a escola integrado o 1º grupo experimental, em 1997, projeto que veio a ser determinante, em 2001/02, para a aprovação e desenvolvimento de um projeto educativo e curricular, adaptado à realidade da EBI, no quadro do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro.

Desde o início que a escola fez acompanhar todo este percurso de processos de reflexão interna/avaliação, de forma a manter e aprofundar estratégias e práticas, que significassem melhorias, e a corrigir trajetórias, que se afastassem dos objetivos pretendidos.

Assim, a decisão da escola, em fevereiro de 2006, de candidatura ao Projeto Piloto de Avaliação Externa, resultou de uma reflexão amplamente participada e visou, essencialmente, dois grandes objetivos:

- Obter um olhar externo sobre todo o trabalho desenvolvido, já que, em 13 anos de percurso da escola, apenas podíamos contar com a nossa própria reflexão interna;
- Poder confrontar os resultados dessa avaliação com os resultados da avaliação interna, procurando, nesse confronto, as pistas que permitissem traçar planos de melhoria, visando aprendizagens com mais qualidade para os nossos alunos.

Os resultados do 1º ciclo avaliativo estão disponíveis em anexo.

2. RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO REFERENTES AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CHARNECA DE CAPARICA (2º ciclo avaliativo) *

No ano 2010/2011 o Agrupamento foi sujeito a um processo de autoavaliação pelo modelo CAF, numa parceria com o ISCSP, tendo sido encontradas algumas debilidades e os seus pontos fortes. Os resultados obtidos resultaram do tratamento dos dados recolhidos, foram aplicados inquéritos a toda a comunidade educativa, a amostra foi o universo.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA REFERENTES AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CHARNECA DE CAPARICA (2º ciclo avaliativo) *

No ano de 2011/2012 o agrupamento foi submetido a uma avaliação externa no âmbito do 2º ciclo avaliativo.

De posse do relatório elaborado pela equipa de avaliação externa, cujas considerações finais a seguir se transcrevem, entende a escola que as debilidades apontadas deverão constituir-se como um desafio e que a assunção de responsabilidades acrescidas, através da **celebração de um contrato de autonomia**, só fará sentido se puder contribuir para aprofundar e reforçar os aspetos considerados positivos e melhorar as fragilidades encontradas (consultar o plano de melhoria, em anexo).

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- *Eficácia do conjunto de medidas tomadas para o aumento do sucesso e da sua qualidade, traduzida no elevado número de alunos dos 2.º e 3.º ciclos que transitam sem níveis negativos e o seu contributo para o cumprimento das metas contratualizadas no Contrato de Autonomia;*
- *Consistente processo de monitorização do percurso escolar dos alunos após o cumprimento da escolaridade obrigatória que devolve ao Agrupamento informação sobre o impacto positivo da sua oferta educativa;*
- *Atuação da direção pautada pela exigência no processo de ensino e de aprendizagem e pela abertura que tem ao meio envolvente, geradora de elevado grau de satisfação da comunidade;*
- *Efetiva articulação horizontal do currículo, consubstanciada num trabalho de estreita colaboração e cooperação didática e metodológica, na tomada de decisão das competências a desenvolver e na definição de situações de aprendizagem;*
- *Significativo valor estratégico do Seminário de balanço e prospetiva para o planeamento, constituindo-se como ponto de partida para a organização do ano letivo seguinte.*

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico da autonomia da escola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria nº 266/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGstE) e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté celebram e acordam, entre si, o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:

Artigo 1º **Objetivos gerais**

- 1- Garantir o serviço público de educação, tendo como objetivo primeiro criar oportunidades de igualdade que permitam a todos os jovens que o frequentam, concluir, na diversidade, o ensino básico, condição primeira de cidadania.
- 2- Aprofundar o diálogo com a sociedade civil, numa dupla perspetiva de apoio e garante à prossecução do serviço público de educação.
- 3- Uma redistribuição das turmas, entre as Escolas que constituem o Agrupamento, para que, no final do contrato, o número de alunos possa estar mais ajustado à realidade física do Agrupamento.
- 4- Seja possível a conclusão da escolaridade obrigatória com o funcionamento de turmas do ensino secundário no agrupamento quando em presença de um futuro reordenamento escolar.

21
A

Artigo 2º Objetivos operacionais

- 1- Promover o desempenho do agrupamento, pela intervenção no domínio da organização e gestão curriculares.
- 2- Garantir, de uma forma coerente e sustentada, uma progressiva melhoria das aprendizagens dos alunos, com uma particular incidência em áreas estruturantes do conhecimento, como o Português e a Matemática.
- 3- Combater o insucesso e o abandono escolares, pela adoção de medidas eficazes de diferenciação pedagógica em sala de aula e melhorar as estratégias de encaminhamento com vista ao aumento do grau de satisfação dos jovens, condição necessária a uma integração com sucesso no mundo do trabalho.
- 4-Reforçar, em 5%, a taxa de qualidade do sucesso, em cada ano (percentagem de alunos que transita com aproveitamento em todas as disciplinas e com aproveitamento em Português e Matemática);
- 5-Reduzir, em 5%, em cada ano, o insucesso nas áreas estruturantes de Português e Matemática;
- 6-Reduzir, em 5% a taxa global de insucesso, por ciclo, no prazo de vigência do presente contrato;
- 7- Manter a taxa zero de abandono conseguida nos últimos 8 anos;
- 8-Incentivar hábitos de pesquisa e inovação através de uma oferta, com maior diversidade, de iniciativas e de oportunidades para os alunos que, a nível das aprendizagens, tenham revelado níveis de desempenho bons e muito bons (objetivos de desenvolvimento).
- 9- Reforçar as estratégias de fidelização de leitores visando o desenvolvimento nos jovens de competências em literacias da informação (meta do Projeto Educativo).
- 10-Consagrar um modelo organizacional que assegure uma efetiva coordenação das escolas agrupadas, tomando por referência o Projeto Educativo do Agrupamento, e que contribua para uma cada vez maior participação, dos parceiros da comunidade envolvente.
- 11-Manter práticas reflexivas anuais do sucesso escolar, elaborando o relatório de autoavaliação.
- 12- Manter os mecanismos de monitorização do sucesso dos alunos, nos seus percursos subsequentes ao ensino básico, como forma de avaliar o impacto das ofertas educativas implementadas, corrigindo trajetórias, se necessário.
- 13-Reforçar a função socializadora do agrupamento, através do desenvolvimento de sinergias com a sociedade civil, através de protocolos como os constantes em anexo:
 - a **Junta de Freguesia da Charneca de Caparica**, com o objetivo de permitir à população residente, o acesso à Biblioteca da Escola Básica Carlos Gargaté (único na freguesia), com duplo objetivo: aumentar os níveis de leitura e informação e reforçar a interação da escola com a comunidade envolvente, nomeadamente com os pais.
 - o **Centro de Saúde** da área, no âmbito da higiene alimentar, da higiene dentária, da saúde sexual, do diagnóstico da acuidade visual, outros.

- o Centro de Formação de Professores - **Almadaforma** - na organização da formação, para toda a comunidade educativa, de acordo com as necessidades elencadas pelo Conselho Pedagógico e constantes do PE do Agrupamento.
- com a **Câmara Municipal de Almada / PAC**, no apoio ao desenvolvimento dos projetos “Re...conhecer”, “Crescer Saudável” e “Cestas com livros”, constantes do Plano Anual de Atividades do Agrupamento e que respondem aos eixos de intervenção prioritários “Educar para uma vida saudável em ambiente saudável” e “Desenvolver o gosto pelos livros e pela leitura”.
- na componente de apoio à família ATL / CAF, manter-se-á a oferta de ocupação de tempos livres das crianças 1º e 2º ciclo, com a organização de um ateliê de atividades. A Direção da Escola elaborará um regulamento e orientações para o funcionamento deste ATL.
- em Protocolo tripartido, entre o Agrupamento de Escolas, a Câmara Municipal de Almada e a Associação de Pais do Agrupamento, manter-se-á a oferta de prolongamento de horário, para o pré-escolar, com oferta de um atelier de atividades.
- com a **Associação de Pais** na generalização do ensino do Inglês e de outras atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do Ensino Básico;
 - protocolos de parceria no desenvolvimento de atividades de miniténis, hip-hop, coro, aprendizagem de um instrumento e iniciação ao teatro;
 - componente de Apoio à Família no pré-escolar;
 - organização de atividades culturais para a comunidade.

14-Tornar o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté numa escola solidária, enquanto membro ativo da Comissão Social Inter-Freguesias Sobreda/ Charneca de Caparica e em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa Delegação da Charneca de Caparica. Assumindo assim, a escola pública a sua função de responsabilidade social, desenvolvendo para isso, um conjunto de campanhas de solidariedade como recolha de alimentos, livros escolares e fornecimento de refeições.

“a solidariedade e o novo espírito comunitário podem ressurgir naturalmente como princípio orgânico e organizador devida, como alternativa à exclusão e à desvitalização suicida do tecido social”. (in relatório “Educação Tesouro a Descobrir”- UNESCO).

15-Fomentar a pesquisa e intercâmbios internacionais, permitindo uma partilha de ideias, atitudes e atividades, através da participação em projetos nomeadamente: Comenius, e-twinig e visitas long life learning.

Artigo 3º Plano de ação estratégica

Objetivos	Atividades	Intervenientes	Calendarização
-----------	------------	----------------	----------------

21
22

1, 2, 3 e 7	Reuniões de secção e departamento para elaboração de planificações. Análise dos resultados em CP e propostas de melhoria.	Os professores do agrupamento e a comunidade educativa	Ao longo do ano
4, 5 e 6	Análise dos resultados escolares, por período e final de ano. Reflexão conjunta, em departamento, posteriormente em CP e Seminário de final de ano, partilhando experiências e propondo estratégias para melhoria dos resultados obtidos.	Conselho Pedagógico, Departamentos, Seminário de final de ano	Balances trimestrais e final de ano
11 e 12	Reuniões de balanço. Correspondência com as escolas secundárias e profissionais. Tratamento e análise dos dados rececionados.	Comissão de Avaliação Interna da escola e Equipa do Observatório	Final do ano letivo
14	Participação de professores e alunos em campanhas de solidariedade internas e externas ao agrupamento (cabazes natal, banco alimentar contra a fome, missão sorriso). Membro ativo da CIF apoiando "Apoio Fraterno". Inscrição do Agrupamento no Projeto PERA.	Alunos, professores, Comissão Interfreguesias, Cruz Vermelha Portuguesa, PERA	Ao longo do ano letivo
15	Participação, com alunos, em projetos Etwinning das turmas dos 3 ciclos. Participação de professores em visitas de estudo "Life Long Learning". Candidatura do Agrupamento a Projetos Comenius.	Professores e alunos Comenius Jobshadowing Life Long learning Etwinning	Ao longo do ano letivo

Artigo 4º

Competências reconhecidas ao Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece ao Agrupamento as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia:

- 1- Coordenar e gerir o desenvolvimento dos planos curriculares, definidos a nível nacional, possibilitando uma organização e gestão diferentes dos desenhos curriculares dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, constantes, respetivamente, dos anexos I, II e III do

CONTRATO DE AUTONOMIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS GARGATÉ

Decreto-lei nº 13 A/2012, de 5 de junho, garantindo o cumprimento do Currículo Nacional, nos seguintes termos:

1.1 Reorganizar e articular a abordagem dos conteúdos curriculares, segundo estruturas modulares flexíveis, minorando as consequências de uma grande diversidade e compartimentação dos saberes, ao longo do ano letivo (semestralização);

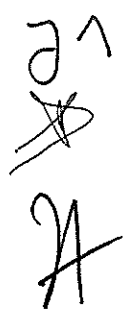
1.2 Criar espaços curriculares mais alargados e articulados, que, por um lado, promovam metodologias de trabalho favorecedoras da construção de sentido para o conhecimento e, por outro, contribuam para que as aprendizagens ganhem maior significado para os alunos;

1.3 Responsabilizar a mesma equipa de professores por um grupo de turmas, facilitando uma maior aferição de critérios na gestão do currículo e na avaliação das aprendizagens, através da assunção de todo o trabalho a desenvolver no âmbito dos projetos de turma dessas turmas, considerando, nomeadamente:

- a operacionalização contextualizada das situações de aprendizagem definidas;
- a concretização de planos de recuperação e de planos de desenvolvimento;
- a prestação de apoios direcionados;
- a realização de aulas de substituição em caso de ausência não prevista;
- a permuta de aula, por ausência prevista de algum professor da equipa;
- o desenvolvimento de tutorias;
- o despiste atempado de casos que indiciem abandono, acompanhado de despiste vocacional e propostas de encaminhamento para percursos alternativos.

Tendo em atenção as implicações desta metodologia, o processo implicará a adequada informação aos pais/encarregados de educação e a prevenção de situações de transferência de alunos a meio do ano letivo.

- 2- Organizar ofertas curriculares diversas, autonomamente, ou em articulação com a área do Emprego
- 3- Concretização de componentes curriculares específicas, designadamente as de carácter vocacional ou profissionalizante.
- 4- Intervir na estabilidade e, ainda, na adequação do corpo docente e não docente do agrupamento ao desenvolvimento do seu Projeto Educativo, através de:
 - 4.1. Seleção do pessoal docente necessário para suprir as necessidades supervenientes, através das modalidades de, **recondução, contratação, requisição, destacamento, permuta**, utilizando **subcritérios** definidos pelo agrupamento e aprovados em Conselho Pedagógico, após o concurso de colocação de professores de Quadros de Escola e de Quadros de Zona Pedagógica e de outros mecanismos de mobilidade previstos na lei.
 - 4.2. Estabelecer parcerias com outras escolas para a gestão conjunta de pessoal docente e não docente e/ou utilizar a troca de pessoal entre escolas, com o acordo dos próprios e dos órgãos de gestão das escolas envolvidas, devendo o acordado ser comunicado à DGAE.
- 5- Flexibilizar as orientações sobre distribuição anual do serviço docente, assegurando a totalidade do serviço e no respeito pelo Estatuto da Carreira Docente.

- 
- 6- Assegurar a designação e organização, pelo órgão de direção executiva, no respeito pelo Estatuto da Carreira Docente, após consulta ao Conselho Pedagógico, e desde que tal resolução seja aprovada pelo Conselho Geral, das Estruturas de Orientação Educativa.
 - 7- Flexibilizar a organização do ano escolar, garantindo a sua fixação no início do ano, o cumprimento integral do número mínimo de dias de aulas e salvaguardando a guarda dos alunos durante todo o ano letivo.
 - 8- Decidir, fundamentando, quanto à necessidade da interrupção das atividades letivas para a realização de ações de formação, centradas no quotidiano escolar, que não possam decorrer em horário pós-letivo, a fixar no início do ano, salvaguardando a guarda dos alunos e garantindo o número mínimo de dias de aulas.
 - 9- Flexibilizar, com acréscimo de responsabilidade, a possibilidade de o agrupamento gerar recursos adicionais em conformidade com a lei, nomeadamente na prestação de serviços à comunidade, ou parcerias, com empresas que desenvolvem atividades relacionadas com vida saudável e sustentabilidade do planeta.

Artigo 5º

Compromissos do Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes no presente contrato, o Agrupamento compromete-se e fica obrigado a:

1-No domínio da melhoria das aprendizagens dos alunos:

- a) Aplicar provas de avaliação global ou integrada (por área, nas situações em que tal se justifique), no final de cada ano e ciclo, como estratégia de aferição da avaliação interna;
- b) Aderir ao Projeto Testes Intermédios promovido pelo GAVE;
- c) Analisar, anualmente, os dados resultantes do processo de monitorização dos percursos dos alunos, pós escolaridade básica, como estratégia de mais valia para a organização do trabalho pedagógico.

2- No domínio do combate ao insucesso e ao abandono escolares:

- a) Manter a taxa zero de abandono conseguida nos últimos 8 anos;
- b) Diversificar a oferta curricular, reforçando as componentes vocacionais e profissionais;
- c) Melhorar as estratégias de encaminhamento para percursos profissionais.

3-No domínio da valorização dos bons desempenhos a nível das aprendizagens:

- a) Atribuição de prémios anuais de mérito e excelência a alunos que tenham revelado níveis de desempenho muito bons e excelentes, ao nível das aprendizagens e prémios de valor a atitudes merecedores dessa atribuição;
- b) Assegurar a esses alunos oportunidades de integração em projetos de pesquisa e inovação, designadamente no âmbito das TIC, do ensino experimental das ciências e de intercâmbios nacionais e internacionais.

4- No domínio da construção das competências em literacias da informação:

- a) Aumentar, anualmente em 10% o número de alunos leitores;
- b) Reforçar anualmente em 10% o número de alunos que utilizam o Centro de Recursos, numa ótica de centro de efetiva aprendizagem;

c) Instituir a utilização, em pelo menos 50% de turmas do agrupamento, de plataformas eletrônicas de ensino/aprendizagem.

5- No domínio do modelo organizacional do agrupamento:

a) Contemplar a Educação Pré - Escolar no Projeto Educativo.

b) Reorganizar as estruturas de gestão intermédia, garantindo uma correta circulação de informação e a consequente coordenação pedagógica.

6 - Realizar anualmente o seminário de balanço e prospetiva desenvolvendo-se assim, uma cultura de reflexão nos domínios da avaliação interna, da aprendizagem dos alunos, do desempenho dos docentes orientada para a melhoria.

7-Considerando os resultados da autoavaliação, produzir um relatório anual de progresso, a remeter para a comissão de acompanhamento e a divulgar publicamente em local facilmente consultável na página eletrónica da escola.

Artigo 6º

Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

- 1- Tomar todas as decisões e medidas indispensáveis à **viabilização e concretização** do presente Contrato, nos limites do aumento de encargos previsto no presente artigo.
- 2- Permitir ao Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté a recondução ou a renovação do contrato, da **profissional dos serviços de psicologia e orientação**.
- 3- **Canalizar para a escola 60% das poupanças** decorrentes de racionalização e reorganização dos recursos, que permitam melhorar o atual custo por aluno e o atual rácio aluno/professor.

Artigo 7º

Duração do contrato

O presente contrato de autonomia entra em vigor a 01 de setembro de 2012 e vigorará até ao final do ano letivo 2014/2015, podendo ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo entre as partes, respeitado o requisito previsto na alínea a) do artigo 6.º da portaria n.º265/2012, de 30 de agosto.

Artigo 8.º

Acompanhamento e monitorização

- 1- O Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pela Diretora (Maria da Graça Carvalha), pela Subdiretora da Escola (Professora Teresa Santos), duas docentes da carreira (Professoras Helena Brito e Cláudia Corado) e um elemento externo, membro do conselho geral, com reconhecido valor na Comunidade Educativa (Dr.ª Teodolinda Silveira) designados para o efeito, com as seguintes competências:
 - a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação de presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
 - b) Monitorizar o processo de autoavaliação da escola;

- 21
S
A
- c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
 - d) Constituir meio de interlocução com os serviços do Ministério da Educação e Ciência
- 2- O Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté e o Ministério da Educação e Ciência constituirão uma estrutura permanente de ligação, denominada Comissão de Acompanhamento, que terá as seguintes competências:
- a) Supervisionar e acompanhar, de forma construtiva e orientadora, a concretização do contrato;
 - b) Resolver, com carácter vinculativo, eventuais dúvidas de interpretação das cláusulas contratuais;
 - c) Emitir parecer sobre o relatório anual de progresso.
 - d) Remeter o parecer e o relatório anual de progresso aos serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.
- 3- A Comissão de Acompanhamento terá a seguinte composição:
- a) Um representante do Agrupamento, indicado pelo Diretor.
 - b) Um representante da Direcção Geral da Administração Escolar.
 - c) Um representante da Direcção Geral da Educação.
 - d) Um representante da associação de pais e encarregados de educação, por esta designado.
 - e) Um elemento indicado pelo Conselho Municipal de Educação.
 - f) Sempre que existam um representante de cada uma das outras entidades que participem na celebração do contrato.
- 4- Na primeira reunião de trabalho, a comissão de acompanhamento aprova, por maioria dos seus membros, o seu regulamento interno de funcionamento.
- 5- A avaliação dos resultados dos contratos de autonomia incumbe à Inspeção -Geral de Educação e Ciência, no quadro das competências de avaliação externa das escolas que lhe estão legalmente atribuídas.

Artigo 9º **Casos omissos**

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

Signatários:

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

A Diretora do Agrupamento Carlos Gargaté

Maria da Graça de Castro e Quadros Fragoso Dinis Carvalha

O Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Carlos Gargaté

João Manuel Monteiro Aleixo Cravidão

Parceiros

HOMOLOGO

O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar

João Casanova de Almeida

19.02.13

CONTRATO DE AUTONOMIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS GARGATÉ

21
A

ANEXOS

RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO REFERENTES À ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA CHARNECA DA CAPARICA (1º ciclo avaliativo)

Os resultados da reflexão feita, no âmbito da autoavaliação da escola, não se afastam das considerações finais constantes do Relatório da avaliação externa. Assim:

- a) No domínio da organização e gestão, a escola considera que existe uma efetiva articulação e cooperação entre os diferentes órgãos de gestão, bem como a nível das estruturas de gestão intermédia, de que resulta um bom clima de escola e um fácil e enriquecedor relacionamento com toda a comunidade educativa, nomeadamente com a associação de pais.
- b) No domínio da oferta educativa, a escola tem - se empenhado em dar resposta a todas as situações que indiciem abandono escolar precoce, patente na diversidade de percursos oferecidos e nas parcerias estabelecidas, com resultados claros nas taxas de abandono conseguidas, não tendo contudo, conseguido dar a mesma resposta aos alunos para quem podem ser estabelecidos maiores níveis de exigência, facto que constituirá um dos nossos desafios.
- c) No domínio da organização e gestão das aprendizagens, entende a escola que a grande mobilidade do corpo docente, por um lado e por outro a grande diversidade e compartimentação dos diversos saberes, têm dificultado o desenvolvimento das competências previstas no Currículo Nacional, nomeadamente em áreas estruturantes do conhecimento como a Matemática. Uma diferente organização dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo, a criação de espaços curriculares mais alargados e articulados, que promovam metodologias mais centradas nos alunos, constituirão, a par de uma procura de estabilidade do corpo docente, as metas fundamentais a ter em conta nos próximos anos letivos.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA REFERENTES À ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA CHARNECA DA CAPARICA (1º ciclo avaliativo)

“Esta escola caracteriza-se por um largo conjunto de pontos fortes, como:

- *a dinâmica e segurança do Conselho Executivo;*
- *a dedicação da comunidade escolar;*
- *a clareza e o controlo da estratégia para a coordenação dos departamentos curriculares e*

para a direção de turma;

- a capacidade de usar a autonomia de que dispõe para organizar uma estrutura escolar integradora de iniciativas e projetos diversificados;
- a diversidade de iniciativas e de oportunidades de aprendizagem para alunos e o alto nível de exigência na formação e no trabalho dos professores;
- a criatividade na utilização das TIC como recurso de informação e como instrumento estruturador de aprendizagens;
- a qualidade da documentação disponibilizada a toda a comunidade educativa.

Constituem algumas das suas debilidades:

- a não verdadeira integração e compromisso com o projeto da escola por parte de uma percentagem significativa, não estável, de docentes;
- alguma rigidez na leitura e na aplicação das orientações do currículo nacional que estará na origem de um diálogo difícil com outras leituras possíveis e legítimas;
- a diferença de critérios entre professores na gestão e avaliação das aprendizagens;
- a menor diferenciação dos alunos para quem se podem estabelecer níveis de maior exigência;
- a não monitorização do sucesso dos alunos nos seus percursos subsequentes ao ensino básico, como forma de avaliar o impacto das ofertas educativas da EBI.

“Numa perspetiva de futuro, deve relevar-se um conjunto de fatores que podem constituir vantagens para o seu desenvolvimento, de onde se salientam a cultura de aprendizagem permanente e de práticas refletidas; a sua estrutura de EBI que facilita a programação da sequencialidade e articulação entre ciclos; a capacidade de articulação com outras entidades exteriores para a identificação de percursos alternativos para alunos em risco; a coesão de uma considerável maioria da comunidade educativa em torno da direção executiva e pedagógica.”

Análise SWOT

2º Ciclo Avaliação externa e Autoavaliação modelo CAF

• Trabalho desenvolvido no apoio a alunos com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem, com reflexo nas elevadas taxas de sucesso; • Desenvolvimento das componentes experimental e artística, em todos os níveis de educação e ensino, com repercussões positivas nas aprendizagens dos alunos; • Aplicação de provas de aferição internas, em todos os anos de escolaridade, o que garante a fiabilidade a todo o processo avaliativo interno e permite monitorizar as práticas pedagógicas; • Uma cultura de rigor e de exigência, fomentando o sentimento de pertença e identificação com o Agrupamento e reforçando a unidade do mesmo; • Empenho e motivação de docentes e não docentes, geradores de um bom clima educativo e de relações interpessoais saudáveis, facilitadores das aprendizagens dos alunos; • Riqueza das experiências de aprendizagem de crianças e alunos resultantes do desenvolvimento de variados projetos, protocolos e parcerias; • Gestão de recursos criteriosa e eficiente que permite o desenvolvimento de ambientes facilitadores e complementares das aprendizagens; • Consolidação dos procedimentos de autoavaliação com impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais conducentes ao cumprimento das metas definidas. In relatório de Avaliação Externa 2012 • Organização e funcionamento do GRE (Boa articulação com Departamentos e PCT); • Consistente processo de monitorização do percurso escolar dos alunos pós-básico. • Parceria com a associação de pais e a autarquia na Comp, Apoio à Família –CAF .	• Reforço das estratégias de sensibilização dos alunos para atitudes cívicas e ambientais no que respeita a limpeza e preservação dos espaços escolares; • Generalização de estratégias que promovam a gestão vertical do currículo e a sequencialidade das aprendizagens, entre cíclos, de modo a assegurar o desenvolvimento consistente de competências ao longo do percurso escolar dos alunos; • Adoção de medidas de forma a eliminar os problemas de carácter funcional e operacional nos serviços administrativos. In relatório de Avaliação Externa 2012 • Falta de espaço físico; • Alguma dificuldade na apropriação da informação por professores, funcionários e alunos, na gestão do quotidiano da escola.
• Multiculturalidade/diversidade; • Imagem da escola junto da comunidade; • Protocolos de parcerias com entidades externas que visam, por um lado, o desenvolvimento de percursos alternativos, facilitadores de uma melhor inserção dos alunos na vida ativa, e por outro, a dinamização de projetos de valorização na comunidade envolvente. In Relatório de Autoavaliação 2011 • Percorso educativo de 10 anos (pré-escolar/9º ano); • Participação no Projecto-piloto de Avaliação Externa; • Contrato de Autonomia - assumpção de responsabilidades acrescidas: aprofundar aspectos positivos /transformar em desafios as fragilidades. • A autoavaliação pelo modelo CAF • Envolvente física da escola – facilitadora de práticas de desporto diversas e convívio com a natureza. • Estágios pedagógicos no agrupamento em parceria com as universidades, • Significativo valor estratégico do Seminário de balanço e prospetiva para o planeamento, constituindo-se como ponto de partida para a organização do ano letivo seguinte; • Incremento de receitas próprias por aluguer do espaços, publicidade e realização de eventos.	• Sobrelocação dos espaços escolares, redutora de uma oferta formativa diversificada e de atividades no domínio artístico; • Alguma dificuldade de comunicação na gestão do quotidiano da escola; • Sentimento de desvalorização da instituição escolar, como pertença, por um grupo significativo de alunos. In Relatório de Autoavaliação 2011 • Dificuldade de aceitação de algumas das regras previstas no Regulamento Interno por parte dos alunos e encarregados de educação ; • Dificuldade de atuação concertada no cumprimento de regras instituídas; • Falta de equipamentos culturais na freguesia (Biblioteca, teatro, cinema).

CONTRATO DE AUTONOMIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS GARGATÉ

21

71
A

Implementação do Plano de Melhoria

Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté:

A direção do agrupamento, face aos resultados obtidos na avaliação interna e externa a que foi submetida em 2011, iniciou em dezembro desse mesmo ano, um plano de melhoria.

1. “Promover o reforço das estratégias de sensibilização dos alunos para atitudes cívicas e ambientais no que respeita a limpeza e preservação dos espaços escolares.”

- Foram feitas obras em todos os WC da escola (chão, lavatórios, portas), foi colocado papel higiénico, em dispensador, no interior dos WC e sabonete líquido;
- A diretora visitou todas as turmas para sensibilizar os alunos para qual deveria ser o seu comportamento relativamente aos espaços comuns da escola;
- Os professores têm tido um papel fundamental no desenvolvimento de atitudes de cidadania, quer através da formação cívica, quer da elaboração de ecopontos com material reciclado, a colocação de caixotes para a separação seletiva dos lixos ou a arte ecológica;
- Foram substituídos praticamente todos os equipamentos da cozinha, foi pintado o refeitório;
- Foram colocados aquecimentos nos espaços comuns da escola, nomeadamente, estudoteca, biblioteca, secretaria e sala dos professores.

2. “ Promover a generalização de estratégias que promovam a gestão vertical do currículo e a sequencialidade das aprendizagens, entre ciclos, de modo a assegurar o desenvolvimento consistente de competências ao longo do percurso escolar dos alunos”.

- Foi criado um grupo de trabalho responsável pela articulação entre o pré-escolar e o 1º ciclo; o 1º e o 2º ciclo e o 2º e 3º ciclos com representantes de cada um dos ciclos;
- As equipas reúnem no início do ano para organizar o trabalho e depois mensalmente;
- Relativamente ao ensino pré-escolar foi instituída a ficha de avaliação trimestral;
- Relativamente ao 1º ciclo, no ano 2012/2013, para as turmas de 4º ano, foi feita a reorganização curricular com três professores em 3 áreas: Português, Matemática e Estudo do Meio e Ciências Experimentais;

3. “ Implementar medidas de forma a eliminar os problemas de carácter funcional e operacional nos serviços administrativos.”

71
A

- Foi promovida formação de carácter interpeçoal e de grupo, em parceria com o centro de formação Alamadaforma para assistentes administrativas;
- Foi redistribuído o serviço dos técnicos operacionais, por áreas, de forma a que haja sempre um número de 3 funcionários, em cada área, dando assim uma resposta de qualidade às solicitações dos utentes do serviço administrativo, quer sejam alunos, professores, funcionários ou público em geral;
- Está em curso formação mensal na área da contabilidade.

4. *“ Melhorar os canais de comunicação, para melhorar a apropriação da informação por professores, funcionários e alunos, na gestão do quotidiano da escola.”*

- Foram colocados placards na sala dos funcionários, quadros brancos na sala dos professores, com organização semanal;
- Elaborar atas das reuniões realizadas, mesmo as de carácter mais informal.

Charneca de Caparica, 20 de dezembro de 2012

A Diretora

Maria da Graça Carvalha